



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB)

Superintendência de Assistência Farmacêutica, Ciência e Tecnologias em Saúde (SAFTEC)

Diretoria de Assistência Farmacêutica (DASF)

NOTA INFORMATIVA Nº02/2020 DASF/SAFTEC

ATUALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2020

Assunto: Distribuição do medicamento Cloroquina e Hidroxicloroquina às Secretarias Municipais de Saúde e Hospitais Estaduais.

Considerando a Nota Informativa nº 9/2020-SE/GAB/SE/MS do Ministério da Saúde, que dispõe sobre orientações para manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da COVID-19;

Considerando a excepcionalidade da indicação médica de uso de medicamentos para o tratamento específico da COVID-19, a qual deve ser baseada na aproximação e relação médico-paciente, com o objetivo de oferecer o melhor tratamento disponível no momento;

Considerando as ações de enfrentamento estabelecidas pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), seguem esclarecimentos quanto ao fluxo de distribuição e acesso ao medicamento Cloroquina (adquirido pelo Ministério da Saúde) e Hidroxicloroquina (adquirido pela Secretaria Estadual de Saúde).

- 1) Para atendimento das demandas de Cloroquina e Hidroxicloroquina nos casos de COVID-19 no Estado da Bahia, serão mantidos estoques estratégicos nos Núcleos e Bases Regionais de Saúde (NRS/BRS), para atendimento dos municípios do interior do estado, e na DASF/SAFTEC/SESAB, para os municípios Salvador e Região Metropolitana, permitindo assim, o acesso das Secretarias Municipais de Saúde conforme deliberação da 279ª Reunião Ordinária da CIB.
- 2) Para atendimento inicial será observada a necessidade de tratamento considerando o número de casos notificados ativos e a disponibilidade de estoque.

3) As solicitações devem ser realizadas pelas Secretarias Municipais de Saúde, através da Assistência Farmacêutica Municipal, tendo como base o consumo médio mensal e estoque existentes, registrando a programação no Sistema Integrado de Gestão da Assistência Farmacêutica - SIGAF.

4) Compete as Secretarias Municipais de Saúde a definição dos estabelecimentos responsáveis pela dispensação, a exemplo de serviços de urgência, emergência, no âmbito da atenção especializada e hospitais de referência da região, desde que possuam o profissional farmacêutico, conforme **deliberação da 279ª Reunião Ordinária da CIB**

5) Fica sob responsabilidade do município a distribuição para os hospitais públicos municipais, de referência ou não, existentes no seu território.

6) As unidades hospitalares municipais que possuem estoque de Hidroxicloroquina, anteriormente distribuído pelos NRS/BRS, e que desejam descontinuar o seguimento do protocolo, devem direcionar o saldo existente para as Secretarias Municipais de Saúde, desde que estejam devidamente conservados, identificados, contendo lote e validade, contribuindo assim para o uso seguro do medicamento.

7) As unidades hospitalares estaduais que possuem estoque de Hidroxicloroquina, anteriormente distribuído pela Sesab ou NRS/BRS, e que desejam descontinuar o seguimento do protocolo, devem direcionar o saldo existente para os NRS/BRS, desde que estejam devidamente conservados, identificados, contendo lote e validade, contribuindo assim para o uso seguro do medicamento.

8) As unidades hospitalares estaduais que desejem prosseguir com o protocolo existente, devem solicitar o medicamento aos NRS/BRS, apresentando a demanda, estoque existente e quantitativo necessário para ressuprimento da unidade.

9) Para a dispensação ou administração do medicamento, é obrigatório a prescrição médica, devidamente preenchida de acordo com as normas sanitárias vigentes, e o Termo de Ciência e Consentimento preconizado pelo Ministério da Saúde (Anexo) assinados pelo médico prescritor e pelo paciente ou seu responsável, devendo tais documentos serem arquivados no estabelecimento de saúde responsável pela dispensação.

10) Reforça-se a necessidade de orientação e cuidado farmacêutico ao paciente quanto ao uso racional do medicamento e reações adversas ao medicamento. Na ocorrência de reações adversas o paciente deve ser orientado a retornar a unidade prescritora do medicamento, e esta proceder ao registro no sistema de monitoramento de reações adversas (NOTIVISA).

11) As unidades de saúde que dispensarem o referido tratamento devem manter arquivados os documentos e registros de dispensação, conforme legislação vigente.

12) Os Hospitais Estaduais localizados em Salvador, e Região Metropolitana, deverão realizar solicitação através do SIGAF, e proceder a retirada do medicamento na Central Farmacêutica do Estado da Bahia – CEFARBA.

13) Os Hospitais Estaduais deverão manter arquivados os registros de prescrição e dispensação e termo de ciência e consentimento, preconizados pelo Ministério da Saúde.

Observações

- Para abastecimento dos estoques dos NRS/BRS, os farmacêuticos das Regionais deverão solicitar através do SIGAF o quantitativo necessário para ressuprimento do estoque;
- As Secretarias Municipais de Saúde devem manter estoque estratégico para atendimento das unidades de saúde no seu território;
- Toda documentação deverá ser arquivada fisicamente na farmácia das unidades onde ocorreu a dispensação;
- Não serão permitidos atendimentos de representantes dos pacientes hospitalizados, nas Bases Regionais de Saúde para a retirada de medicamento;
- A Secretaria Municipal de Saúde deverá designar responsável pela retirada do medicamento na Regional de Saúde, através de ofício;
- Dúvidas acerca desta nota deverão ser enviadas pelo e-mail **medicamento.covid@saude.ba.gov.br** e/ou pelo telefone institucional: (71) 99684-0643.
- Essa Nota revoga a Nota informativa 01/2020 atualizada em 25/05/2020

ANEXO I

Termo de Ciência e Consentimento